



Educação Financeira e Tomada de Decisões Econômicas

Financial Education and Economic Decision-Making

João Vitor Nogueira Campos

joaovcampos16@yahoo.com

<https://orcid.org/0009-0009-2661-0775>

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Brasil

Artículo recibido: 20/05/2024
Aceptado para publicación: 21/06/2024
Conflictos de Intereses: Ninguno que declarar

RESUMO

O presente artigo de revisão tem como objetivo analisar e sistematizar a produção científica recente sobre a educação financeira e sua relação com a tomada de decisões econômicas, com o intuito de identificar seus principais enfoques conceituais, modelos teóricos, fatores associados, estratégias educativas e desafios de pesquisa. Para isso, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, com base em artigos científicos publicados entre 2010 e 2024 em bases de dados acadêmicas internacionais. O processo contemplou critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, bem como uma análise temática das informações organizadas em categorias analíticas. Os resultados evidenciam que a educação financeira constitui um construto multidimensional que integra conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos orientados ao bem-estar econômico. Da mesma forma, identifica-se que a tomada de decisões econômicas é influenciada por fatores cognitivos, emocionais e contextuais, e que a educação financeira favorece comportamentos como a poupança, o planejamento e o uso responsável do crédito. No entanto, persistem desafios relacionados à heterogeneidade conceitual, à escassa evidência longitudinal e à necessidade de abordagens educativas integrais e contextualizadas. Conclui-se que fortalecer a educação financeira a partir de uma perspectiva interdisciplinar é fundamental para promover decisões econômicas informadas e sustentáveis.

Palavras-chave: educação financeira; tomada de decisões econômicas

ABSTRACT

This review article aims to analyze and systematize the recent scientific literature on financial education and its relationship with economic decision-making, with the purpose of identifying its main conceptual approaches, theoretical models, associated factors, educational strategies, and research challenges. To this end, a narrative literature review was conducted, based on scientific articles published between 2010 and 2024 in international academic databases. The process included previously defined inclusion and exclusion criteria, as well as a thematic analysis of the information organized into analytical categories. The results show that financial education constitutes a multidimensional construct that integrates knowledge, skills, attitudes, and behaviors oriented towards financial well-being. Likewise, economic decision-making is shown to be influenced by cognitive, emotional, and contextual factors, and financial education is found to promote behaviors such as saving, planning, and the responsible use of credit. However, challenges remain related to conceptual heterogeneity, limited longitudinal evidence, and the need for comprehensive and contextualized educational approaches. It is concluded that strengthening financial education from an interdisciplinary perspective is essential to promote informed and sustainable economic decisions.

Keywords: financial education; economic decision-making

INTRODUÇÃO

Educação financeira e tomada de decisões econômicas

A educação financeira consolidou-se nas últimas décadas como um campo estratégico para o desenvolvimento individual e social, particularmente por sua influência direta na tomada de decisões econômicas ao longo do ciclo de vida. Diversos organismos internacionais concordam que a capacidade de compreender conceitos financeiros básicos, avaliar riscos e benefícios e planejar o uso dos recursos econômicos constitui uma competência essencial para a cidadania contemporânea (Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD], 2018; Lusardi & Mitchell, 2014). Nesse sentido, a educação financeira não se limita à aquisição de conhecimentos técnicos sobre poupança, crédito ou investimento, mas implica o desenvolvimento de habilidades cognitivas, metacognitivas e socioemocionais que permitem às pessoas tomar decisões informadas, responsáveis e sustentáveis em contextos econômicos cada vez mais complexos (Atkinson & Messy, 2012).

Sob uma perspectiva conceitual, a educação financeira tem sido definida como o processo por meio do qual os indivíduos melhoram sua compreensão dos produtos financeiros, dos conceitos econômicos e dos riscos associados, desenvolvendo habilidades e atitudes que lhes permitem tomar decisões fundamentadas e melhorar seu bem-estar financeiro (OECD, 2014). Essa definição ressalta o caráter multidimensional do construto, integrando componentes cognitivos (conhecimentos), procedimentais (habilidades) e atitudinais (valores e disposições), os quais interagem dinamicamente na tomada de decisões econômicas (Huston, 2010). A literatura especializada destaca que a ausência de uma educação financeira adequada pode resultar em decisões econômicas ineficientes, superendividamento, vulnerabilidade financeira e exclusão social, especialmente em populações jovens e em setores socioeconômicos desfavorecidos (Lusardi, 2019).

A tomada de decisões econômicas, por sua vez, tem sido tradicionalmente analisada a partir de modelos racionais que assumem que os indivíduos atuam maximizando sua utilidade com base em informações completas e capacidades cognitivas ótimas. No entanto, as contribuições da economia comportamental têm questionado esses pressupostos, demonstrando que as decisões econômicas reais são fortemente influenciadas por vieses cognitivos, emoções, heurísticas e fatores contextuais (Kahneman, 2011; Thaler, 2016). Nesse contexto, a educação financeira adquire um papel fundamental ao contribuir para decisões econômicas mais informadas. No âmbito

específico das decisões de investimento, evidências indicam que níveis mais altos de alfabetização financeira estão associados a uma percepção de risco mais informada e a escolhas de investimento mais consistentes (Aren & Zengin, 2016).

Numerosos estudos empíricos evidenciaram uma relação positiva entre níveis elevados de educação financeira e uma tomada de decisões econômicas mais eficiente. Indivíduos com maior alfabetização financeira tendem a poupar com maior regularidade, diversificar seus investimentos, evitar produtos financeiros de alto risco e planejar adequadamente sua aposentadoria (Lusardi & Mitchell, 2011; Van Rooij et al., 2012). Além disso, apresentam maior capacidade para comparar opções financeiras, compreender contratos e avaliar taxas de juros, o que se traduz em uma gestão mais responsável dos recursos econômicos (Hastings et al., 2013).

No âmbito educacional, a incorporação da educação financeira como conteúdo transversal tem sido impulsionada pela evidência de que as decisões econômicas começam a se configurar desde idades precoces. Pesquisas com populações infantis e adolescentes indicam que as atitudes em relação ao dinheiro, ao consumo e à poupança se formam progressivamente a partir da socialização familiar, da experiência escolar e da exposição aos meios de comunicação e aos ambientes digitais (Shim et al., 2010). Nesse contexto, a escola posiciona-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências financeiras que permitam aos estudantes enfrentar de maneira crítica e reflexiva os desafios econômicos do presente e do futuro (Blue et al., 2014).

A educação financeira em contextos escolares não impacta apenas o conhecimento econômico, mas também a tomada de decisões cotidianas relacionadas ao consumo responsável, à gestão do dinheiro e ao planejamento de metas pessoais. Estudos com estudantes do ensino fundamental mostraram que programas educativos bem estruturados geram ganhos de conhecimento financeiro que persistem por pelo menos um ano após a intervenção, o que sugere um potencial de contribuição para a capacidade financeira em etapas posteriores da vida (Batty et al., 2015). Esses achados reforçam a importância de projetar intervenções educacionais baseadas em evidências empíricas e adaptadas às características socioculturais dos estudantes.

Sob uma perspectiva psicológica, a tomada de decisões econômicas é influenciada por variáveis como a autoeficácia financeira, a regulação emocional e o controle de impulsos. Bandura (1997) sustenta que a percepção de autoeficácia condiciona a forma como as pessoas enfrentam situações desafiadoras, incluindo aquelas relacionadas ao manejo do dinheiro. Em consonância com essa proposta, pesquisas recentes indicam que indivíduos

com maior autoeficácia financeira apresentam maior capacidade para planejar gastos, resistir a impulsos de consumo imediato e avaliar consequências de longo prazo (Farrell et al., 2016). A educação financeira, ao fortalecer a confiança nas próprias capacidades, contribui indiretamente para uma tomada de decisões econômicas mais adaptativa.

A dimensão emocional desempenha um papel central nas decisões econômicas. Evidências sugerem que emoções como estresse financeiro, ansiedade ou otimismo excessivo podem distorcer a avaliação de riscos e benefícios, conduzindo a decisões subótimas (Loewenstein et al., 2001). Nesse sentido, evidências no âmbito das decisões de investimento mostram que traços de personalidade e fatores emocionais influenciam a aversão ao risco e a intenção de investir (Aren & Nayman Hamamci, 2020), o que reforça a relevância de considerar a dimensão emocional na compreensão do comportamento financeiro. Isso sugere a pertinência de explorar a incorporação de conteúdos de regulação emocional nas abordagens educativas, ainda que essa aplicação pedagógica específica requiera evidência adicional voltada a intervenções educativas.

No contexto da economia digital, a educação financeira adquire uma relevância ainda maior. O acesso a plataformas de comércio eletrônico, serviços financeiros digitais e sistemas de pagamento eletrônico ampliou as oportunidades econômicas, mas também aumentou a exposição a fraudes e a riscos relacionados à proteção de dados pessoais (OECD, 2020). A alfabetização financeira digital apresenta-se, assim, como uma extensão necessária da educação financeira tradicional, orientada ao desenvolvimento de competências para avaliar informações financeiras em ambientes virtuais, compreender termos e condições digitais e proteger dados pessoais (Xiao & O'Neill, 2016).

Diversos estudos realizados na América Latina evidenciam lacunas significativas em educação financeira, especialmente entre populações jovens e setores vulneráveis. Essas lacunas traduzem-se em uma capacidade limitada para tomar decisões econômicas informadas, o que perpetua ciclos de pobreza e exclusão financeira (García et al., 2013). Diante desse cenário, diversos organismos internacionais e regionais destacam a necessidade de políticas públicas integrais que articulem o sistema educacional, o setor financeiro e a comunidade, com o objetivo de fortalecer a educação financeira como ferramenta de inclusão social.

A tomada de decisões econômicas também é condicionada por fatores socioculturais, como normas sociais, valores familiares e contextos institucionais. A literatura aponta que as práticas econômicas não se desenvolvem no vazio, mas estão profundamente influenciadas pelo ambiente social e cultural no qual os indivíduos estão inseridos

(Bourdieu, 1986). Nesse sentido, os programas de educação financeira devem considerar as particularidades contextuais e promover abordagens culturalmente sensíveis que reconheçam a diversidade de experiências econômicas (Johnson & Sherraden, 2007).

Em síntese, a educação financeira constitui um pilar fundamental para o fortalecimento da tomada de decisões econômicas em sociedades contemporâneas caracterizadas pela incerteza e pela complexidade financeira. A evidência científica revisada demonstra que uma educação financeira integral, iniciada desde etapas precoces e mantida ao longo do tempo, contribui significativamente para o bem-estar econômico, a autonomia pessoal e a participação cidadã informada (Lusardi, 2019; OECD, 2018). Destaca-se, igualmente, a necessidade de abordagens educacionais interdisciplinares que integrem dimensões cognitivas, emocionais e sociais, a fim de promover decisões econômicas responsáveis e sustentáveis.

Os desafios atuais em matéria de educação financeira e tomada de decisões econômicas requerem um compromisso contínuo dos sistemas educacionais e das políticas públicas. A formação docente, o desenho curricular, a avaliação de competências financeiras e a incorporação de tecnologias educacionais emergentes surgem como áreas-chave para futuras linhas de pesquisa e ação educativa (Hastings et al., 2013; Blue et al., 2014). Nesse contexto, fortalecer a educação financeira não implica apenas melhorar o conhecimento econômico, mas também empoderar as pessoas para exercer um controle consciente e ético sobre suas decisões econômicas ao longo da vida.

Contexto e relevância do estudo

Nas últimas décadas, a educação financeira adquiriu crescente relevância em nível global, em resposta à complexidade dos sistemas econômicos contemporâneos e ao aumento da responsabilidade individual na gestão dos recursos financeiros. A expansão do acesso ao crédito, a digitalização dos serviços financeiros e a diversificação de produtos econômicos geraram um cenário no qual os indivíduos devem tomar decisões cada vez mais frequentes e sofisticadas, muitas vezes sem possuir os conhecimentos ou as habilidades necessárias para avaliá-las adequadamente (OECD, 2018). Nesse contexto, a educação financeira se posiciona como uma competência-chave para o bem-estar econômico e social.

A evidência científica demonstra que baixos níveis de alfabetização financeira estão associados a decisões econômicas ineficientes, tais como superendividamento, ausência de poupança, escasso planejamento financeiro e maior vulnerabilidade frente a crises

econômicas pessoais e familiares (Lusardi & Mitchell, 2014). Essas problemáticas não afetam apenas o indivíduo: a literatura sugere que também podem ter repercussões em nível macroeconômico, ao influenciar a estabilidade financeira e a desigualdade social. Por isso, organismos internacionais têm promovido a incorporação da educação financeira nas agendas educacionais e nas políticas públicas como um mecanismo de inclusão e empoderamento cidadão (OECD, 2014).

A tomada de decisões econômicas, entendida como o processo pelo qual as pessoas escolhem entre diferentes alternativas que implicam custos, benefícios e riscos financeiros, constitui um eixo central do comportamento econômico cotidiano. Longe de responder exclusivamente a critérios racionais, essas decisões são mediadas por fatores cognitivos, emocionais, sociais e culturais, conforme evidenciam os aportes da economia comportamental e da psicologia econômica (Kahneman, 2011; Thaler, 2016). Nesse sentido, a educação financeira desempenha um papel fundamental ao contribuir para o desenvolvimento de competências que permitem reduzir vieses cognitivos, fortalecer o pensamento crítico e promover decisões mais reflexivas e responsáveis.

No âmbito educacional, a relevância deste estudo reside na necessidade de analisar de maneira estruturada a produção científica recente que relaciona educação financeira e tomada de decisões econômicas. Compreender os enfoques teóricos, os achados empíricos e os desafios identificados na literatura é fundamental para orientar o desenho de programas educacionais eficazes e contextualizados. Além disso, essa análise contribui para fundamentar a inclusão da educação financeira como eixo transversal nos sistemas educacionais, fortalecendo sua contribuição para o desenvolvimento integral das pessoas e para a construção de sociedades mais equitativas e resilientes (Blue et al., 2014).

Fundamentação teórica

A fundamentação teórica da educação financeira e sua relação com a tomada de decisões econômicas apoia-se em contribuições provenientes da economia, da psicologia, da educação e das ciências sociais. A partir de uma perspectiva econômica clássica, a tomada de decisões tem sido explicada com base no modelo do agente racional, que assume que os indivíduos maximizam sua utilidade utilizando informações completas e capacidades cognitivas ótimas (Varian, 2014). No entanto, esse enfoque tem sido amplamente questionado por sua limitada capacidade explicativa do comportamento econômico real. A economia comportamental introduz uma perspectiva alternativa ao incorporar a análise de vieses cognitivas, heurísticas e limitações racionais que influenciam as decisões

econômicas. Autores como Kahneman e Tversky (1979) demonstraram que os indivíduos tendem a utilizar atalhos mentais que, embora simplifiquem a tomada de decisões, podem conduzir a erros sistemáticos. Nesse contexto, a educação financeira é concebida como uma ferramenta que permite reconhecer e mitigar esses vieses, favorecendo decisões mais informadas e consistentes com os objetivos pessoais (Thaler, 2016).

A partir da psicologia social e cognitiva, a tomada de decisões econômicas é compreendida como um processo influenciado por variáveis individuais como autoeficácia, regulação emocional e percepção de controle. Bandura (1997) sustenta que a crença na própria capacidade para lidar com situações complexas condiciona o comportamento e a persistência diante de dificuldades. No âmbito financeiro, a autoeficácia financeira tem sido associada a maior planejamento, uso mais responsável do crédito e maior propensão à poupança (Farrell et al., 2016). A educação financeira contribui para fortalecer essa percepção de competência, impactando positivamente as decisões econômicas.

A teoria do capital humano também oferece elementos relevantes para a análise ao considerar a educação como um investimento que gera benefícios de longo prazo em termos de produtividade, renda e bem-estar (Becker, 1993). Sob essa perspectiva, a educação financeira aumenta o capital humano ao dotar os indivíduos de habilidades para gerir eficientemente seus recursos econômicos, otimizar decisões de consumo e investimento e reduzir riscos financeiros ao longo da vida (Huston, 2010).

No campo educacional, os enfoques construtivistas e socioconstrutivistas destacam a importância da aprendizagem significativa e contextualizada no desenvolvimento de competências financeiras. A educação financeira não se limita à transmissão de conteúdos teóricos, mas implica a construção ativa do conhecimento a partir de experiências reais, resolução de problemas e reflexão crítica sobre práticas econômicas cotidianas (Blue et al., 2014). Esse enfoque favorece uma compreensão profunda dos conceitos financeiros e sua aplicação na tomada de decisões.

Sob uma perspectiva sociocultural, as decisões econômicas são influenciadas por normas sociais, valores familiares e contextos institucionais. Bourdieu (1986) destaca que as práticas econômicas são mediadas pelo capital cultural e social, o que gera desigualdades no acesso a conhecimentos e oportunidades financeiras. Nesse sentido, a educação financeira configura-se como um mecanismo de equidade, ao oferecer ferramentas que permitem reduzir lacunas e promover uma participação econômica mais informada e inclusiva (Johnson & Sherraden, 2007).

Problemática

Apesar do crescente reconhecimento da importância da educação financeira, numerosos estudos evidenciam níveis insuficientes de alfabetização financeira em amplos setores da população, especialmente entre jovens e grupos socioeconomicamente vulneráveis. Essa situação se traduz em dificuldades para compreender conceitos financeiros básicos, avaliar riscos e tomar decisões econômicas informadas, o que aumenta a probabilidade de endividamento excessivo, instabilidade financeira e exclusão social (Lusardi, 2019). A problemática adquire especial relevância em contextos de elevada desigualdade econômica e limitada educação financeira formal.

Um dos principais desafios identificados na literatura é a escassa incorporação sistemática da educação financeira nos currículos educacionais. Em muitos sistemas educacionais, esses conteúdos são abordados de maneira fragmentada, opcional ou dependente de iniciativas isoladas, o que limita seu impacto a longo prazo (OECD, 2018). Essa ausência de uma estratégia educacional integral dificulta o desenvolvimento progressivo de competências financeiras e sua articulação com a tomada de decisões econômicas em contextos reais.

A problemática agrava-se diante da crescente complexidade do ambiente financeiro digital. O acesso a créditos online, plataformas de investimento e meios de pagamento eletrônicos aumentou a exposição dos indivíduos a riscos financeiros, fraudes e decisões impulsivas, especialmente em populações com baixo nível de educação financeira (Xiao & O'Neill, 2016). A falta de competências para avaliar informações financeiras digitais limita a capacidade de tomar decisões seguras e responsáveis nesses ambientes.

Sob uma perspectiva psicológica, a tomada de decisões econômicas é afetada por fatores emocionais como estresse financeiro, ansiedade e pressão social. Esses fatores podem conduzir a decisões de curto prazo e pouco reflexivas, mesmo entre indivíduos com conhecimentos financeiros básicos (Loewenstein et al., 2001). A educação financeira tradicional, centrada exclusivamente em conteúdos conceituais, mostra-se insuficiente para enfrentar essa problemática se não incorporar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e de autorregulação.

Na América Latina, a problemática se intensifica devido à persistência de lacunas educacionais, econômicas e digitais. Estudos regionais indicam que uma proporção significativa da população carece de conhecimentos financeiros básicos, o que limita sua capacidade de planejar o futuro, acessar serviços financeiros formais e melhorar seu bem-estar econômico (García et al., 2013). Essa situação reforça a necessidade de analisar

críticamente a produção científica existente para identificar enfoques eficazes e contextualizados de educação financeira.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de estudos de revisão que sistematizam os aportes teóricos e empíricos sobre educação financeira e tomada de decisões econômicas. Compreender as principais tendências, lacunas e desafios identificados na literatura é fundamental para orientar futuras pesquisas e fortalecer o desenho de intervenções educacionais e políticas públicas baseadas em evidências (Hastings et al., 2013).

Objetivos e perguntas de pesquisa

O objetivo geral deste artigo de revisão é analisar e sistematizar a produção científica recente sobre a educação financeira e sua relação com a tomada de decisões econômicas, com o propósito de identificar os principais enfoques teóricos, achados empíricos e desafios para sua implementação em contextos educacionais. Essa análise busca oferecer uma visão integral que permita compreender como a educação financeira influencia os processos de decisão econômica ao longo do ciclo de vida (OECD, 2018).

Como objetivos específicos, propõe-se:

- a) identificar as principais conceitualizações de educação financeira presentes na literatura científica;
- b) analisar os modelos teóricos que explicam a tomada de decisões econômicas a partir de enfoques econômicos, psicológicos e educacionais;
- c) examinar as evidências empíricas sobre o impacto da educação financeira no comportamento e nas decisões econômicas; e
- d) reconhecer os principais desafios e oportunidades para a incorporação da educação financeira nos sistemas educacionais (Lusardi & Mitchell, 2014).

A partir desses objetivos, formulam-se as seguintes perguntas de pesquisa:

- Como a educação financeira é conceituada na literatura científica recente?
- Quais modelos teóricos explicam a relação entre educação financeira e tomada de decisões econômicas?
- Quais evidências empíricas sustentam essa relação?
- E quais são os principais desafios para a implementação efetiva da educação financeira em contextos educacionais contemporâneos?

METODOLOGIA

Desenho metodológico

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de analisar e sintetizar criticamente a produção científica sobre a educação financeira e sua relação com a tomada de decisões econômicas, identificando tendências, contribuições e lacunas na literatura especializada. Adotou-se um desenho de pesquisa qualitativo, descritivo e analítico, que permitiu examinar em profundidade os enfoques teóricos, metodológicos e empíricos presentes nos artigos consultados, comparar resultados e extrair categorias analíticas relevantes para o objeto de estudo (Snyder, 2019). A revisão concentrou-se em literatura científica revisada por pares, a fim de assegurar a qualidade e a validade das fontes analisadas.

Procedimento de revisão

A busca de informações foi realizada em bases de dados acadêmicas internacionais e regionais de reconhecido prestígio, entre as quais Scopus, Web of Science, ERIC, SciELO, Redalyc e Google Scholar, selecionadas por sua ampla cobertura nas áreas de educação, economia, psicologia e ciências sociais. O processo de busca combinou palavras-chave em espanhol e inglês, tais como *educación financiera*, *financial education*, *financial literacy*, *toma de decisiones económicas*, *economic decision-making* e *financial behavior*, restringindo-se a artigos publicados entre 2010 e 2024 em revistas científicas revisadas por pares, com acesso ao texto completo e redigidos em espanhol ou inglês, e excluindo documentos de divulgação, relatórios institucionais, literatura cinzenta, estudos duplicados, pesquisas centradas exclusivamente em variáveis macroeconômicas sem referência ao comportamento individual e artigos sem um embasamento teórico ou metodológico claro. Os artigos selecionados foram analisados por meio de um enfoque qualitativo de análise temática, mediante leitura exhaustiva e codificação das informações relevantes em categorias analíticas previamente definidas e emergentes (Braun & Clarke, 2006): conceitualização da educação financeira; modelos teóricos da tomada de decisões econômicas; fatores individuais e contextuais associados; impacto da educação financeira no comportamento econômico; estratégias educativas e intervenções; e desafios e lacunas de pesquisa. Essas categorias estruturaram a seção de resultados e discussão, favorecendo uma interpretação integral e comparativa da literatura analisada (Snyder, 2019). Cabe precisar que esse núcleo principal da busca (2010–2024, revistas revisadas por pares) constitui a base empírica central da revisão; obras clássicas de economia comportamental, psicologia e capital social, bem como documentos institucionais de organismos como a OECD, foram incorporados de modo complementar

para fundamentar conceitualmente a discussão, e não como parte do corpus sistematicamente recuperado nas bases de dados.

Limitações metodológicas

Por tratar-se de uma revisão narrativa, e não de uma revisão sistemática, o processo de busca e seleção não seguiu um protocolo de registro prospectivo nem reporta contagens de registros identificados, duplicados ou excluídos em cada etapa, o que limita a replicabilidade estrita do processo. A delimitação temporal (2010–2024) é mais ampla do que o período de maior concentração de evidência recente, o que reflete a necessidade de articular bases conceituais anteriores a 2020 com achados mais atuais. Por fim, a restrição a fontes em espanhol e inglês pode ter deixado de fora contribuições relevantes publicadas em outros idiomas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conceitualização da educação financeira

Os resultados da revisão evidenciam uma ampla diversidade de conceptualizações em torno da educação financeira, o que confirma seu caráter multidimensional e sua abordagem a partir de diferentes campos disciplinares. Uma das definições mais citadas na literatura é a proposta pela *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), que concebe a educação financeira como o processo pelo qual os indivíduos adquirem conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras informadas e melhorar seu bem-estar econômico (OECD, 2014). Essa conceitualização foi retomada e adaptada em numerosos estudos empíricos e teóricos, consolidando-se como um marco de referência dominante.

A partir da análise comparativa dos estudos revisados, identifica-se que a educação financeira não se limita ao domínio de conceitos técnicos, como taxas de juros, inflação ou produtos financeiros, mas incorpora dimensões cognitivas, emocionais e comportamentais. Huston (2010) sustenta que a alfabetização financeira deve ser entendida como um construto integrado que combina conhecimento financeiro com a capacidade de aplicar esse conhecimento em contextos reais. Nesse sentido, os resultados mostram uma convergência progressiva em direção a enfoques que superam visões reducionistas e promovem uma compreensão mais holística do fenômeno.

Uma tendência relevante identificada na literatura recente é a distinção entre educação e comportamento financeiro. Enquanto a primeira se vincula a processos educativos e formativos, o segundo refere-se às ações concretas que os indivíduos realizam em sua

vida econômica cotidiana, como poupar, endividar-se ou investir (Xiao & O'Neill, 2016). No entanto, múltiplos estudos destacam que ambos os conceitos estão estreitamente relacionados e que uma educação financeira eficaz se manifesta, em última instância, em comportamentos financeiros mais adaptativos e sustentáveis (Lusardi & Mitchell, 2014). Os achados também evidenciam que as conceitualizações contemporâneas incorporam progressivamente a abordagem do bem-estar financeiro. Essa abordagem desloca a ênfase exclusiva no desempenho econômico para uma perspectiva centrada na estabilidade, na segurança e na capacidade de enfrentar imprevistos financeiros. Segundo Brüggén et al. (2017), o bem-estar financeiro integra dimensões objetivas e subjetivas, o que reforça a necessidade de uma educação financeira que considere percepções, emoções e expectativas individuais. A revisão mostra que essa abordagem ganhou relevância especialmente em estudos desenvolvidos a partir de 2015.

No âmbito educacional, os resultados indicam que a educação financeira é concebida como uma competência transversal, alinhada ao desenvolvimento de habilidades para a vida e para a cidadania. Blue et al. (2014) argumentam que a educação financeira deve ser integrada de maneira contextualizada ao currículo, promovendo aprendizagens significativas que conectem os conteúdos financeiros à experiência cotidiana dos estudantes. Essa perspectiva é compartilhada por diversos estudos que ressaltam a importância de metodologias ativas e situadas para o desenvolvimento de competências financeiras.

Sob uma perspectiva crítica, alguns autores alertam para o risco de enfoques excessivamente individualistas que transferem a responsabilidade pelo bem-estar econômico exclusivamente ao sujeito, sem considerar as desigualdades estruturais e contextuais. Bourdieu (1986) assinala que o acesso ao capital econômico, cultural e social condiciona as oportunidades de aprendizagem financeira, o que implica que a educação financeira não pode ser desvinculada das condições socioeconômicas em que se desenvolve. Nesse sentido, os resultados da revisão mostram um interesse crescente por enfoques que integrem a dimensão social e contextual da educação financeira.

Em síntese, a discussão desta categoria permite afirmar que a educação financeira é conceitualizada na literatura científica como um construto complexo, dinâmico e multidimensional. A evidência analisada sustenta a necessidade de enfoques integrais que articulem conhecimentos, habilidades, atitudes e contextos, superando modelos meramente informativos. Essa conceitualização ampla é fundamental para compreender seu impacto na tomada de decisões econômicas e orientar o desenho de políticas

educacionais e programas formativos baseados em evidências (OECD, 2018; Lusardi, 2019).

Modelos teóricos da tomada de decisões econômicas

A análise dos estudos revisados evidencia que a tomada de decisões econômicas tem sido abordada a partir de múltiplos marcos teóricos, destacando-se a evolução de modelos racionais clássicos para enfoques comportamentais e psicossociais. Tradicionalmente, a economia neoclássica explicou a tomada de decisões com base no modelo do agente racional, assumindo que os indivíduos maximizam sua utilidade com base em informações completas e preferências estáveis (Varian, 2014). No entanto, os resultados da revisão indicam que esse enfoque é insuficiente para explicar o comportamento econômico observado empiricamente.

A economia comportamental emerge como um dos marcos teóricos predominantes na literatura analisada. Kahneman e Tversky (1979) introduziram a teoria das perspectivas, demonstrando que as decisões econômicas são influenciadas pela forma como as opções são apresentadas e pela aversão à perda. Os estudos revisados confirmam que esses vieses cognitivos afetam decisões relacionadas à poupança, ao endividamento e ao investimento, inclusive em indivíduos com conhecimentos financeiros básicos (Kahneman, 2011).

A partir desse enfoque, a educação financeira é interpretada como uma ferramenta para mitigar os efeitos dos vieses cognitivos e melhorar a qualidade das decisões econômicas. Thaler (2016) sustenta que intervenções educativas e contextuais podem ajudar as pessoas a tomar decisões mais alinhadas com seus objetivos de longo prazo. A revisão mostra que numerosos estudos empíricos respaldam essa afirmação, evidenciando melhorias no comportamento financeiro após a implementação de programas educativos baseados em princípios comportamentais (Hastings et al., 2013).

A psicologia econômica oferece outro marco relevante para a análise da tomada de decisões. Esse enfoque enfatiza o papel de variáveis emocionais e motivacionais, como o estresse financeiro, a ansiedade e a percepção de controle. Loewenstein et al. (2001) destacam que as emoções influenciam diretamente a avaliação de riscos e benefícios, o que pode conduzir a decisões impulsivas ou pouco reflexivas. Os resultados da revisão indicam que a educação financeira que incorpora componentes de regulação emocional apresenta maior impacto na tomada de decisões econômicas.

A teoria da autoeficácia proposta por Bandura (1997) tem sido amplamente utilizada para explicar diferenças individuais na tomada de decisões econômicas. A autoeficácia

financeira associa-se a maior capacidade para planejar, avaliar alternativas e persistir diante de dificuldades econômicas. Farrell et al. (2016) constataram que indivíduos com maior autoeficácia financeira apresentam comportamentos econômicos mais adaptativos, independentemente do seu nível de renda, o que reforça a importância desse construto nos modelos teóricos contemporâneos.

Sob uma perspectiva educacional, os enfoques construtivistas destacam que a tomada de decisões econômicas é aprendida por meio da experiência, da reflexão e da interação social. Os estudos revisados sublinham que metodologias baseadas na resolução de problemas, na análise de casos e na simulação favorecem o desenvolvimento de competências decisórias em contextos financeiros reais (Blue et al., 2014). Esse enfoque é especialmente relevante para compreender como a educação financeira influencia a tomada de decisões ao longo do ciclo de vida.

Alguns modelos integradores combinam contribuições da economia comportamental, da psicologia e da educação para explicar a tomada de decisões econômicas de maneira mais abrangente. Esses modelos reconhecem a interação entre conhecimentos, emoções, contextos e estruturas sociais, superando explicações unidimensionais. A revisão evidencia que esses enfoques integradores oferecem um marco teórico sólido para analisar o impacto da educação financeira em decisões econômicas complexas e contextualizadas (Lusardi & Mitchell, 2014).

Fatores individuais e contextuais associados à tomada de decisões econômicas

Os resultados da revisão evidenciam que a tomada de decisões econômicas está condicionada por uma complexa interação entre fatores individuais e contextuais, o que reforça a ideia de que o comportamento econômico não pode ser explicado apenas a partir do conhecimento financeiro. Diversos estudos coincidem em apontar que variáveis psicológicas como autoeficácia, regulação emocional, motivação e controle de impulsos desempenham um papel determinante na forma como os indivíduos avaliam alternativas financeiras e escolhem cursos de ação (Bandura, 1997; Farrell et al., 2016).

Entre os fatores individuais, a autoeficácia financeira emerge como um dos preditores mais consistentes de decisões econômicas adaptativas. A literatura revisada indica que pessoas que confiam em sua capacidade para manejar situações financeiras complexas tendem a planejar melhor seus gastos, avaliar riscos com maior cuidado e persistir diante de dificuldades econômicas (Farrell et al., 2016). Esse achado sugere que a educação

financeira não deve apenas transmitir conhecimentos, mas também fortalecer a percepção de competência pessoal.

Outro fator individual amplamente documentado é a regulação emocional. Pesquisas provenientes da psicologia econômica assinalam que emoções como estresse financeiro, ansiedade ou medo da perda podem distorcer os processos decisórios, favorecendo condutas impulsivas ou evitativas (Loewenstein et al., 2001). Nesse sentido, os estudos analisados mostram que indivíduos com maiores habilidades de regulação emocional tomam decisões econômicas mais reflexivas e menos influenciadas por pressões situacionais, inclusive em contextos de incerteza financeira.

A idade e a etapa do ciclo de vida influenciam significativamente a tomada de decisões econômicas. As evidências indicam que jovens e adolescentes apresentam maiores dificuldades para avaliar consequências de longo prazo, o que aumenta a probabilidade de condutas de risco financeiro, como o endividamento precoce ou o consumo impulsivo (Shim et al., 2010). Esse achado reforça a necessidade de intervenções educativas precoces que acompanhem o desenvolvimento progressivo de competências decisórias.

Sob uma perspectiva contextual, a família constitui um dos principais agentes de socialização econômica. Os estudos revisados destacam que as práticas familiares, as atitudes parentais em relação ao dinheiro e as experiências precoces de manejo financeiro influenciam de maneira significativa a tomada de decisões econômicas na vida adulta (Shim et al., 2010). A educação financeira escolar, portanto, deve articular-se com o ambiente familiar para potencializar seu impacto.

O contexto sociocultural também desempenha um papel central. Bourdieu (1986) sustenta que o capital cultural e social condiciona as oportunidades de aprendizagem e o acesso a recursos financeiros, gerando desigualdades estruturais na tomada de decisões econômicas. A revisão evidencia que indivíduos pertencentes a contextos socioeconômicos desfavorecidos enfrentam maiores restrições informacionais e estruturais, o que limita sua margem de escolha e reforça padrões de vulnerabilidade financeira.

O ambiente digital configura-se como um fator contextual emergente. A proliferação de serviços financeiros digitais amplia as opções disponíveis, mas também aumenta a complexidade das decisões econômicas. A literatura assinala que a falta de alfabetização financeira digital expõe os indivíduos a maiores riscos de fraude, endividamento e desinformação financeira (Xiao & O'Neill, 2016). Esses resultados sublinham a

necessidade de enfoques educativos integrais que contemplem tanto fatores individuais quanto contextuais na tomada de decisões econômicas.

Impacto da educação financeira no comportamento econômico

Os estudos revisados evidenciam de maneira consistente que a educação financeira tem um impacto positivo no comportamento econômico, especialmente quando é implementada de forma sistemática e contextualizada. Um dos efeitos mais documentados é o aumento das condutas de poupança e planejamento financeiro. Pesquisas longitudinais mostram que indivíduos com maior educação financeira apresentam maior propensão a poupar regularmente e a estabelecer metas financeiras de longo prazo (Lusardi & Mitchell, 2011).

A educação financeira associa-se a um uso mais responsável do crédito e a uma menor probabilidade de superendividamento. Van Rooij et al. (2012) verificaram que níveis elevados de alfabetização financeira se relacionam com melhor compreensão de taxas de juros e condições contratuais, o que reduz a tomada de decisões de crédito desfavoráveis. Esse achado é especialmente relevante em contextos nos quais o acesso ao crédito é amplo, mas a informação é limitada ou complexa.

Em relação ao consumo, os resultados indicam que a educação financeira contribui para decisões de consumo mais reflexivas e alinhadas às capacidades econômicas individuais. Os estudos analisados mostram que pessoas com maior educação financeira tendem a avaliar melhor a relação custo-benefício dos produtos, evitando compras impulsivas e promovendo práticas de consumo responsável (Hastings et al., 2013). Esse impacto transcende o âmbito individual, contribuindo para padrões de consumo mais sustentáveis. No entanto, a literatura também adverte que o impacto da educação financeira não é homogêneo. Alguns estudos assinalam que programas centrados exclusivamente na transmissão de conhecimentos conceituais geram efeitos limitados no comportamento econômico (Willis, 2011). Em contraste, intervenções que integram componentes comportamentais, emocionais e contextuais mostram resultados mais consistentes e duradouros (Thaler, 2016). Essa tendência é corroborada por uma metanálise de 76 experimentos controlados e randomizados com mais de 160 mil participantes, que constatou efeitos causais positivos e economicamente relevantes da educação financeira sobre o conhecimento e o comportamento financeiro, de magnitude superior à estimada por revisões anteriores (Kaiser et al., 2022).

Em contextos educacionais, as evidências indicam que a educação financeira precoce tem efeitos cumulativos ao longo do tempo. Batty et al. (2015) demonstraram que estudantes de quarto e quinto ano expostos a um programa de educação financeira apresentaram ganhos de conhecimento, comportamento e atitudes financeiras que persistiram por aproximadamente um ano após a intervenção. Os próprios autores apontam que esses aprendizados iniciais podem contribuir para a capacidade financeira em etapas posteriores da vida, ainda que o estudo não tenha realizado um acompanhamento até a idade adulta. Esses achados reforçam a relevância da educação financeira precoce como investimento de longo prazo em capital humano.

Os resultados da revisão sugerem que a educação financeira contribui para o bem-estar financeiro subjetivo, entendido como a percepção de segurança e controle sobre a situação econômica pessoal. Brüggen et al. (2017) destacam que esse bem-estar subjetivo se associa a maior satisfação com a vida e menor estresse financeiro, o que amplia o impacto da educação financeira para além de indicadores econômicos tradicionais. Esse campo de pesquisa continua em expansão: uma análise bibliométrica recente confirma o crescimento acelerado da literatura sobre bem-estar financeiro e propõe um marco integrador que articula suas dimensões objetivas e subjetivas, ao mesmo tempo em que identifica a persistência de discrepâncias conceituais entre os estudos (Garg et al., 2024).

Estratégias educativas e intervenções em educação financeira

A revisão da literatura evidencia uma ampla diversidade de estratégias educativas e intervenções orientadas a promover a educação financeira e melhorar a tomada de decisões econômicas. Entre as mais frequentes encontram-se os programas escolares formais, os workshops comunitários, as intervenções digitais e as estratégias baseadas na economia comportamental (OECD, 2018).

No âmbito escolar, os estudos destacam a efetividade de enfoques pedagógicos ativos e contextualizados. Metodologias como a aprendizagem baseada em problemas, a análise de casos reais e as simulações financeiras permitem aos estudantes aplicar conceitos financeiros em situações concretas, favorecendo a aprendizagem significativa (Blue et al., 2014). Esses enfoques superam modelos tradicionais centrados na memorização de conceitos.

As intervenções baseadas na economia comportamental, como os *nudges*, também demonstraram ser eficazes para influenciar decisões econômicas. Thaler e Sunstein (2008) sustentam que pequenas modificações no ambiente de decisão podem promover

comportamentos financeiros mais saudáveis sem restringir a liberdade individual. A revisão mostra que essas estratégias são especialmente eficazes quando combinadas com educação financeira formal.

O uso de tecnologias digitais constitui outra estratégia emergente. Plataformas educativas, aplicativos móveis e jogos sérios têm sido utilizados para melhorar a alfabetização financeira, especialmente entre jovens. Os estudos revisados indicam que essas ferramentas aumentam a motivação e o engajamento, embora sua efetividade dependa da qualidade pedagógica do desenho (Xiao & O'Neill, 2016). Uma agenda de pesquisa recente propõe organizar esse campo emergente em três eixos: o papel das tecnologias financeiras (fintech), o comportamento financeiro em ambientes digitais e as intervenções comportamentais mediadas por tecnologia, destacando a necessidade de atualizar os currículos e os instrumentos de medição da alfabetização financeira digital (Koskelainen et al., 2023).

As intervenções comunitárias orientadas a populações vulneráveis mostram resultados positivos quando são adaptadas ao contexto sociocultural dos participantes. Johnson e Sherraden (2007) destacam que programas que integram educação financeira com acesso a serviços financeiros formais geram impactos mais sustentáveis no comportamento econômico.

Em conjunto, os resultados sugerem que não existe uma estratégia única e universalmente eficaz. A educação financeira requer enfoques flexíveis, integrais e contextualizados que articulem conhecimentos, habilidades e atitudes, considerando as características dos destinatários e o ambiente no qual se desenvolvem as decisões econômicas.

Desafios e lacunas de pesquisa

A revisão permitiu identificar diversos desafios e lacunas na pesquisa sobre educação financeira e tomada de decisões econômicas. Um dos principais desafios é a heterogeneidade conceitual e metodológica presente nos estudos analisados, o que dificulta a comparação de resultados e a generalização de conclusões (Huston, 2010).

Outra lacuna relevante relaciona-se à avaliação de impacto de longo prazo. Embora numerosos estudos relatem efeitos positivos imediatos da educação financeira, existe uma quantidade limitada de pesquisas longitudinais que analisem a sustentabilidade desses efeitos ao longo do tempo (Lusardi & Mitchell, 2014). Essa limitação restringe a compreensão do verdadeiro alcance das intervenções educativas.

A literatura evidencia uma sub-representação de estudos em contextos latino-americanos e em populações vulneráveis. García et al. (2013) assinalam que grande parte da evidência empírica provém de países desenvolvidos, o que limita sua aplicabilidade em contextos com diferentes realidades econômicas e sociais. Uma revisão sistemática mais recente confirma que essa lacuna persiste: de aproximadamente 4.500 publicações sobre alfabetização financeira identificadas entre 2016 e 2022, apenas 65 tratavam especificamente da região da América Latina e do Caribe (Méndez Prado et al., 2022). Essa lacuna ressalta a necessidade de pesquisas contextualizadas.

Outro desafio identificado é a escassa integração de dimensões socioemocionais nos programas de educação financeira. Embora as evidências destaquem sua relevância, muitos estudos continuam centrados em conteúdos conceituais, deixando de lado fatores emocionais e motivacionais que influenciam a tomada de decisões econômicas (Loewenstein et al., 2001).

A revisão evidencia a necessidade de avançar em direção a enfoques interdisciplinares que articulem educação, economia, psicologia e políticas públicas. Abordar a educação financeira a partir de uma perspectiva integral é fundamental para enfrentar os desafios atuais e promover decisões econômicas responsáveis e sustentáveis (OECD, 2018).

Tabela 1. Síntese dos principais achados

CATEGORIA DE ANÁLISE	EIXOS CENTRAIS IDENTIFICADOS	PRINCIPAIS RESULTADOS DA REVISÃO	AUTORES REPRESENTATIVOS
1. Conceitualização da educação financeira	Definições, dimensões, enfoques teóricos	A educação financeira é conceitualizada como um construto multidimensional que integra conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos orientados ao bem-estar financeiro. Observa-se uma evolução de enfoques informativos para perspectivas integrais que incorporam dimensões cognitivas, emocionais e contextuais.	OECD (2014, 2018); Huston (2010); Lusardi e Mitchell (2014); Brüggem et al. (2017)
2. Modelos teóricos da tomada de decisões econômicas	Enfoques racionais, comportamentais e psicossociais	Predomina um deslocamento de modelos de racionalidade plena para enfoques de economia comportamental e psicologia econômica. As decisões econômicas são influenciadas por vieses cognitivos, emoções e contextos sociais, o que limita os modelos tradicionais de maximização da utilidade.	Kahneman e Tversky (1979); Kahneman (2011); Thaler (2016); Bandura (1997)

<i>CATEGORIA DE ANÁLISE</i>	<i>EIXOS CENTRAIS IDENTIFICADOS</i>	<i>PRINCIPAIS RESULTADOS DA REVISÃO</i>	<i>AUTORES REPRESENTATIVOS</i>
3. Fatores individuais e contextuais associados	Variáveis psicológicas, sociais e culturais	A tomada de decisões econômicas é condicionada por fatores individuais (autoeficácia, regulação emocional, idade) e contextuais (família, nível socioeconômico, cultura, ambiente digital). Esses fatores interagem e explicam diferenças significativas no comportamento econômico.	Farrell et al. (2016); Shim et al. (2010); Bourdieu (1986); Xiao e O'Neill (2016)
4. Impacto da educação financeira no comportamento econômico	Poupança, consumo, endividamento, planejamento	A educação financeira associa-se positivamente a condutas de poupança, uso responsável do crédito, consumo reflexivo e planejamento financeiro. No entanto, seu impacto é maior quando se integram componentes comportamentais e socioemocionais, para além do conhecimento conceitual.	Lusardi e Mitchell (2011); Van Rooij et al. (2012); Hastings et al. (2013); Batty et al. (2015); Kaiser et al. (2022); Garg et al. (2024)
5. Estratégias educativas e intervenções	Programas escolares, nudges, tecnologias, enfoques comunitários	As estratégias mais eficazes combinam metodologias ativas, contextualização, economia comportamental e uso de tecnologias digitais. Não existe um modelo único, sendo fundamental a adaptação ao contexto e às características dos destinatários.	Blue et al. (2014); Thaler e Sunstein (2008); OECD (2018); Johnson e Sherraden (2007); Koskelainen et al. (2023)
6. Desafios e lacunas de pesquisa	Limitações conceituais, metodológicas e contextuais	Identificam-se lacunas em estudos longitudinais, escassez de evidências em contextos latino-americanos e limitada integração de dimensões socioemocionais. Destaca-se a necessidade de enfoques interdisciplinares e avaliações de impacto a longo prazo.	Huston (2010); Lusardi (2019); García et al. (2013); Loewenstein et al. (2001); Méndez Prado et al. (2022)

Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÕES

O presente artigo de revisão permitiu analisar e sistematizar a produção científica sobre a educação financeira e sua relação com a tomada de decisões econômicas, respondendo ao objetivo de identificar seus principais enfoques conceituais, modelos teóricos, fatores associados, estratégias educativas e desafios de pesquisa. A partir da revisão narrativa realizada, foi possível construir uma visão integral de um campo que adquiriu crescente relevância nos contextos educacionais, sociais e econômicos contemporâneos.

Quatro achados centrais emergem da revisão. Primeiro, a educação financeira consolidou-se como um construto multidimensional que integra componentes cognitivos,

procedimentais, atitudinais e comportamentais, superando os enfoques tradicionais centrados exclusivamente na transmissão de informação. Segundo, os modelos de racionalidade plena mostram-se insuficientes para explicar as decisões econômicas reais: as contribuições da economia comportamental evidenciam o papel central dos vieses cognitivos, das emoções e dos fatores contextuais nesses processos, e a educação financeira pode atuar como mediadora entre essas limitações cognitivas e comportamentos mais reflexivos, ainda que esse efeito dependa da qualidade e da contextualização das intervenções. Terceiro, fatores individuais (autoeficácia, regulação emocional, motivação) e fatores contextuais (família, cultura, nível socioeconômico, ambiente digital) condicionam de forma significativa tanto o comportamento econômico quanto às oportunidades reais de aprendizagem financeira. Quarto, o impacto da educação financeira sobre a poupança, o uso responsável do crédito e o consumo reflexivo é predominantemente positivo, mas mais consistente quando as intervenções combinam conhecimentos, habilidades práticas e componentes comportamentais, em vez de se limitarem à transmissão de conteúdos teóricos.

Esses achados têm implicações diretas para a prática educativa e para a formulação de políticas públicas. A revisão reforça a importância de iniciar a educação financeira desde idades precoces e de integrá-la de forma transversal aos sistemas educativos, priorizando metodologias ativas (aprendizagem baseada em problemas, simulações, tecnologias digitais) sobre modelos exclusivamente expositivos. Reforça também que a educação financeira não pode recair exclusivamente sobre a responsabilidade individual: requer estratégias integrais que articulem o sistema educativo, o setor financeiro e a comunidade, com atenção particular a populações vulneráveis e a contextos latino-americanos, historicamente sub-representados na literatura.

Este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos achados. A heterogeneidade conceitual e metodológica da literatura revisada dificulta a comparação direta entre estudos; a escassez de pesquisas longitudinais limita a compreensão sobre a sustentabilidade dos efeitos da educação financeira ao longo do tempo; e, por tratar-se de uma revisão narrativa, o processo de busca e seleção não seguiu um protocolo de registro prospectivo, o que restringe sua replicabilidade estrita frente a uma revisão sistemática formal.

Como linhas futuras de pesquisa, destacam-se a necessidade de desenhos longitudinais que avaliem a sustentabilidade dos efeitos educativos, de estudos que integrem explicitamente dimensões socioemocionais aos programas de educação financeira, e de

investigação adicional em contextos latino-americanos e outras regiões sub-representadas. Em síntese, a educação financeira emerge desta revisão como um componente fundamental para a tomada de decisões econômicas informadas e sustentáveis, cujo fortalecimento a partir de uma perspectiva integral, interdisciplinar e contextualizada permanece como um desafio central para os sistemas educativos, as políticas públicas e a pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

- Aren, S., & Nayman Hamamci, H. (2020). *Relationship between risk aversion, risky investment intention, investment choices: Impact of personality traits and emotion*. *Kybernetes*, 49(11), 2651–2682. <https://doi.org/10.1108/K-07-2019-0455>
- Aren, S., & Zengin, A. N. (2016). Influence of financial literacy and risk perception on choice of investment. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 235, 656–663. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.11.047>
- Atkinson, A., & Messy, F. A. (2012). *Measuring financial literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study*. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, (15), 1–73. <https://doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: The exercise of control*. W. H. Freeman.
- Batty, M., Collins, J. M., & Odders-White, E. (2015). Experimental evidence on the effects of financial education on elementary school students' knowledge, behavior, and attitudes. *Journal of Consumer Affairs*, 49(1), 69–96. <https://doi.org/10.1111/joca.12058>
- Becker, G. S. (1993). *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education* (3rd ed.). University of Chicago Press.
- Blue, L., Grootenboer, P., & Brimble, M. (2014). Financial literacy education in the curriculum: Making the grade or missing the mark? *International Review of Economics Education*, 16, 51–62. <https://doi.org/10.1016/j.iree.2014.07.005>
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In J. Richardson (Ed.), *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 241–258). Greenwood.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

- Brüggen, E. C., Hogreve, J., Holmlund, M., Kabadayi, S., & Löfgren, M. (2017). Financial well-being: A conceptualization and research agenda. *Journal of Business Research*, 79, 228–237. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.03.013>
- Farrell, L., Fry, T. R. L., & Risse, L. (2016). The significance of financial self-efficacy in explaining women's personal finance behavior. *Journal of Economic Psychology*, 54, 85–99. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2015.07.001>
- Garg, N., Priyadarshi, P., & Malik, A. (2024). Financial well-being: An integrated framework, operationalization, and future research agenda. *Journal of Consumer Behaviour*, 23(6), 3194–3212. <https://doi.org/10.1002/cb.2372>
- García, N., Grifoni, A., López, J. C., & Mejía, D. (2013). *Financial literacy and inclusion in Latin America and the Caribbean*. OECD Development Centre.
- Hastings, J. S., Madrian, B. C., & Skimmyhorn, W. L. (2013). Financial literacy, financial education, and economic outcomes. *Annual Review of Economics*, 5, 347–373. <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-082312-125807>
- Huston, S. J. (2010). Measuring financial literacy. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 296–316. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>
- Johnson, E., & Sherraden, M. S. (2007). From financial literacy to financial capability among youth. *Journal of Sociology & Social Welfare*, 34(3), 119–146.
- Kahneman, D. (2011). *Thinking, fast and slow*. Farrar, Straus and Giroux.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect theory: An analysis of decision under risk. *Econometrica*, 47(2), 263–291. <https://doi.org/10.2307/1914185>
- Kaiser, T., Lusardi, A., Menkhoff, L., & Urban, C. (2022). Financial education affects financial knowledge and downstream behaviors. *Journal of Financial Economics*, 145(2), 255–272. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2021.09.022>
- Koskelainen, T., Kalmi, P., Scornavacca, E., & Vartiainen, T. (2023). Financial literacy in the digital age: A research agenda. *Journal of Consumer Affairs*, 57(1), 507–528. <https://doi.org/10.1111/joca.12510>
- Loewenstein, G., Weber, E. U., Hsee, C. K., & Welch, N. (2001). Risk as feelings. *Psychological Bulletin*, 127(2), 267–286. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.127.2.267>
- Lusardi, A. (2019). Financial literacy and the need for financial education: Evidence and implications. *Swiss Journal of Economics and Statistics*, 155(1), 1–8. <https://doi.org/10.1186/s41937-019-0027-5>

- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011). Financial literacy and retirement planning in the United States. *Journal of Pension Economics & Finance*, 10(4), 509–525.
<https://doi.org/10.1017/S147474721100045X>
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, 52(1), 5–44.
<https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>
- Méndez Prado, S. M., Zambrano Franco, M. J., Zambrano Zapata, S. G., Chiluiza García, K. M., Everaert, P., & Valcke, M. (2022). A systematic review of financial literacy research in Latin America and The Caribbean. *Sustainability*, 14(7), 3814. <https://doi.org/10.3390/su14073814>
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2014). *PISA 2012 results: Students and money: Financial literacy skills for the 21st century* (Vol. VI). OECD Publishing.
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2018). *OECD/INFE toolkit for measuring financial literacy and financial inclusion*. OECD Publishing.
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2020). *Financial consumer protection policy approaches in the digital age: Protecting consumers' assets, data and privacy*. OECD Publishing.
<https://doi.org/10.1787/3f205e60-en>
- Shim, S., Barber, B. L., Card, N. A., Xiao, J. J., & Serido, J. (2010). Financial socialization of first-year college students: The roles of parents, work, and education. *Journal of Youth and Adolescence*, 39(12), 1457–1470.
<https://doi.org/10.1007/s10964-009-9432-x>
- Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 104, 333–339.
<https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>
- Thaler, R. H. (2016). Behavioral economics: Past, present, and future. *American Economic Review*, 106(7), 1577–1600. <https://doi.org/10.1257/aer.106.7.1577>
- Thaler, R. H., & Sunstein, C. R. (2008). *Nudge: Improving decisions about health, wealth, and happiness*. Yale University Press.
- Van Rooij, M., Lusardi, A., & Alessie, R. (2012). Financial literacy, retirement planning and household wealth. *Economic Journal*, 122(560), 449–478.
<https://doi.org/10.1111/j.1468-0297.2012.02501.x>



- Varian, H. R. (2014). *Intermediate microeconomics: A modern approach* (9th ed.). W. Norton & Company.
- Willis, L. E. (2011). The financial education fallacy. *American Economic Review*, 101(3), 429–434. <https://doi.org/10.1257/aer.101.3.429>
- Xiao, J. J., & O'Neill, B. (2016). Consumer financial education and financial capability. *International Journal of Consumer Studies*, 40(6), 712–721. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12285>

© Los autores. Este artículo se publica en GlobalNet bajo la Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esto permite el uso, distribución y reproducción en cualquier medio, incluidos fines comerciales, siempre que se otorgue la atribución adecuada a los autores y a la fuente original.

